**ANEXO VII - RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES DA ENTIDADE E DECLARAÇÃO DO ART. 27 DO DECRETO Nº 8.726, DE 2016**

**MODELO**

Declaro para os devidos fins, em nome da [identificação da Organização da Sociedade Civil – OSC], nos termos dos arts. 26, *caput*, inciso VII, e 27 do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, que seus dirigentes abaixo relacionados, a saber:

|  |  |
| --- | --- |
| RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DE DIRIGENTES DA ENTIDADE, CONFORME ESTATUTO | |
| NOME: | |
| CARGO: | CORREIO ELETRÔNICO: |
| ENDEREÇO: | |
| TELEFONE(S): | |
| CPF: | DOC.IDENTIDADE/ÓRGÃO EXPEDIDOR: |
| NOME: | |
| CARGO: | CORREIO ELETRÔNICO: |
| ENDEREÇO: | |
| TELEFONE(S): | |
| CPF: | DOC.IDENTIDADE/ÓRGÃO EXPEDIDOR: |
| NOME: | |
| CARGO: | CORREIO ELETRÔNICO: |
| ENDEREÇO: | |
| TELEFONE(S): | |
| CPF: | DOC.IDENTIDADE/ÓRGÃO EXPEDIDOR: |

[ ] I - não são membros de Poder ou do ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública.

[ ] II - não são cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colteral ou por afinidade, até o segundo grau, de qualquer membro de Poder ou do Ministério Público ou de dirigente de ´rogão ou entidade da Administração Pública.

[ ] III - não tiveram as contas rejeitadas pela Adminsitração Pública nos últimos anos;

[ ] IV – tiveram as contas rejeitadas, mas, demonstraram, nos termos do art. 39, IV, alíneas “a”, “b”, e “c”, da Lei n°13.109, de 2014, que:

[ ] a regularidade que motivou a rejeição das contas foi sanada e que os débitos eventualmente imputados foram quitados;

[ ] a decisão de rejeição das contas foi reconsiderada ou revista;

[ ] a decisão sobre a apreciação das contas está pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

[ ] IV - não foram punidos com as seguintes sanções:

- suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

- a prevista no art. 73, inciso II, da lei n°13.109, de 2014

- a prevista no art. 73, inciso III, da lei n°13.109, de 2014; ou

[ ] VI – foram punidos com as sanções previstas no art. 39, inciso V, alíneas “a”, “b”, “c”, e “d”, da lei n°13.019, de 2014, mas o período que durou a penalidade já se exauriu;

[ ] V - não são pessoas que nos últimos 08 (oito) anos:

1. Tiveram suas contas relativas a parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos.
2. Foram julgados responsáveis por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
3. Foram considerados responsáveis por ato de improbidade; ou

c) Foram consideradas responsáveis por ato de improbidade, mas os respectivos efeitos, nos prazos previstos no art. 12, incisos I, II e II, da lein°8.249, de 1992, já se exauriram.

Local-UF, ..........de  .......................... de 20......

...........................................................................................

(Nome e Cargo de Representante Legal da OSC)